

## HUMANIZAR A MORAL

Hubert LEPARGNEUR

Se a meta da moral afinal é humanizar o ser humano, pedagogia para que ele seja mais ele mesmo, e não apenas animal rigidamente enquadrado na vesta de leis eternas, não parece impróprio falarmos em "humanizar a moral" como se fala em humanizar o hospital. Porque o risco existe de promover regras que pouco têm a ver com o progresso da humanidade e de seus membros, normas produzidas pelos recalques de gerações anteriores, ou de desprezar a disciplina que ajuda o indivíduo a crescer e harmoniza a vida em comunidade.

Em nossa presente problemática da humanização, fazemos abstração da sacralização ou dessacralização da ética, não pretendendo tratar tudo de uma vez. Isto significa que aqui não tomamos posição alguma sobre a inevitável secularização ou a necessária vinculação da moral a uma religião ou cosmovisão ideológica qualquer. Questionamos apenas as palavras chaves (ou os lugares comuns) que costumam estruturar o discurso moral, e isso na perspectiva de rejuvenescer ou reorientar as atitudes profundas que elas são supostas traduzir.

Nosso programa resume-se em três colocações que passamos a desenvolver: 1) Não se contentar com palavras; 2) Não ter medo das palavras; 3) Contrabalançar conceitos e valores.

### I – NÃO SE CONTENTAR COM PALAVRAS

Este subtítulo nos lembra um livro que temos escrito sobre "o descompasso da teoria e da prática", tema sempre atual porque os povos latinos operam muitas revoluções pelos lábios mas poucas reestruturações para valer. A teoria é respeitável, ainda quando contestável; a prática é outra coisa. Para não constituir apenas uma teoria a mais, humanizar a moral deve ter algo a ver com a prática. Jean-Paul Sartre nunca conseguiu desfolhar e redigir corretamente sua montanha de notas sobre a moral, mas ele costumava responder a todas as cartas, mesmo de desconhecidos, costumava chegar pontualmente aos encontros marcados, ajudava discre-

tamente muitas pessoas em dificuldade, notadamente estudantes procurando terminar os estudos: ética não muito praticada por pessoas de sua fama. Num século em que a moral cristã era mais inspiração que regras, Amianus disse: "Acolher muitas pessoas para partilhar com elas seus próprios bens, é puramente o verdadeiro ofício da caridade" (Eusebius, P.L. 74, 37).

**A. DIGNIDADE.** Deus sabe o quanto a evocação da "eminente dignidade da pessoa humana" enche os documentos oficiais mais majestosos. Ninguém a contesta, mas nem todos a põem em prática. Humanizar a moral é sempre respeitar o ser humano, sem dúvida, mas as divergências começam antes mesmo da prática, com os conteúdos da dignidade e os limites da pessoa. Da nossa parte salientamos a sua autonomia, a liberdade de sua consciência esclarecida e, porque informada e delicada, atenta a não prejudicar o legítimo exercício da autonomia dos outros. Respeitar uma pessoa é respeitar seu espaço de liberdade, a sincera e não violenta expressão de seu ser profundo, mesmo quando estimamos que ela se engana.

**B. LIBERTAÇÃO.** Mais à esquerda salienta-se antes a devida libertação como suprema orientação da ação. Sem dúvida, a moral deve libertar para o desenvolvimento individual e comunitário, o problema sendo de determinar como. A onda de permissividade dos anos 70, seriamente contestada notadamente pela difusão da Aids, parece em regresso. Já, anteriormente a educação totalmente não-diretiva rendeu frutos amargos, ainda que tenha ajudado a quebrar tabus vitorianos sobre cuja perda ninguém precisa chorar. À "moral da libertação", portanto, digamos "sim"; resta melhor definir qual seja o tipo de libertação, nem exclusivamente externa (contra os bodes expiatórios ou inimigos melhor discernidos) nem exclusivamente interna (a conversão mais difícil), precisar o terreno, os meios, a estratégia.

**C. NATUREZA.** A deontologia católica se afeiçoa particularmente com a lei natural, junto à qual procura justificação objetiva e alcance universal. Trata-se com efeito dum conceito extremamente útil, para não dizer indispensável, em vista de obstar os subjetivismos totalitários ou niilistas, e embaraçoso na confrontação com uma honesta atualização de nossas ciências humanas. Não podendo aprofundar uma temática que nos levaria longe, limitamo-nos a ouvir este questionamento de Eric Fuchs em seu famoso livro *Le désir et la tendresse*: "Quando se utiliza o conceito de lei natural para afirmar que a moral pode ser o objeto duma ciência, duma análise racional, cuja validade todo homem de boa vontade deveria ser capaz de reconhecer, abritando-se simultaneamente por trás desta lei natural para recusar às ciências atuais, humanas em particular, a possibilidade de alcançar esta racionalidade, parece que a Igreja dispõe duma ciência particular da realidade, que não deve nada às pesquisas científicas, mas atinge a objetividade da 'verdadeira' natureza. O dilema é insuperável: ou se trata

de verdadeira ciência, portanto capaz de responder às exigências de toda pesquisa científica, ou não se trata de ciência mas de interpretação filosófica ou teológica, e neste caso deve-se admitir que tal discurso é problemático, arriscado, parcial (...). Ao recusar discutir criticamente com as ciências modernas, a moral católica não pode manter o conceito de lei natural sem privá-lo de toda coerência racional, portanto universalizável (...). Produzir um discurso que deve convir a todos é desprezar a importância das diferenças culturais, reduzidas a epifenômenos sem relevância (...). Se a ética é precisamente o esforço para levar à sério a realidade em toda sua diversidade, de modo a enriquecê-la com outra presença, sua universalidade não se exprime na abstração e na uniformidade do discurso, mas na qualidade da atuação dedicada à especificidade das situações..." O comentário, que exigiria muito espaço e não falta em outros lugares, aqui é dispensável, desde que o leitor já sabe o que pensar a respeito.

São pelo menos dois os problemas implicados no conceito de lei natural a respeito da moral: o problema da origem ou fundamentação da norma e o problema do conteúdo da mesma. Problemas intervencionados, obviamente, mas o decisivo nos parece cada vez mais o da formação da norma moral. Humanizar a moral é aqui procurar o que é realmente humano, conforme a dinâmica do bem pessoal e coletivo, sem exagerar, sem desviar.

## II – NÃO TER MEDO DAS PALAVRAS

Usamos ainda a história do discurso ético para localizar nós de estrangulamento do raciocínio.

A. **SITUAÇÃO.** A crítica da "moral da situação" é um lugar comum de nossos manuais. Mas se toda moral precisa recorrer a alguns princípios abstratos, não imediatamente tirados da situação, cabe na melhor ortodoxia reconhecer na teoria e não esquecer na prática, que toda atuação moral está "em situação", porque todo agente moral aí está. Esta batalha ultrapassou sua real utilidade porque, no fundo, deixando de lado provocações verbais, nenhum moralista nega a vigência de normas morais cuja formulação passa pela abstração. O que, talvez, embaraça os moralistas, é que as situações são geralmente complexas e não admitem ser esclarecidas apenas por um princípio cortante.

B. **EXCEÇÃO.** Quanta cautela para seguir Aristóteles no caminho da *epikeia*! Serão os princípios, tão frágeis? **Summa lex, summa injustitia.** Um princípio tende por natureza ao totalitarismo (só um princípio, de fato, é capaz de limitar outro princípio, como só o poder limita o poder): não costuma ceder facilmente terreno a princípios concorrentes; nesta perspectiva, um princípio é cego, conhece apenas o próprio império.

Mas o agente não deve ser nem cego nem imperialista e abrir os olhos para abraçar a imensa área dos princípios muito diversos ao seu dispor. Neste vasto campo, laboriosamente cultivado por gerações de filósofos e de moralistas, o princípio se colhe, em vista de determinada atuação, com o mesmo cuidado com o qual o amoroso escolhe a flor para a amada. Afinal, todo princípio é exceção de algum outro que o contradiz.

**C. MAL MENOR.** Não sabemos porque, os fanáticos do absolutismo ético manifestam incurável alergia para qualquer moral que se apresente como do mal menor. Se o bem total não se obter, parece que nada está feito: o utopismo radical navega em outro planeta. Todavia o mal menor apresenta-se pelo contrário como característica mais comum da ação moral neste mundo. Olhamos para a medicina: quem conhece um remédio que seja totalmente inofensivo? Até um chá pode fazer mal. Não escolho um fármaco porque ele seria o bem absoluto, a saúde irradiante em pílula, mas porque no horizonte de meus recursos concretos, discerno nele um mal menor frente a um mal que mais me atormenta. É muito fácil separar os princípios ou os aspectos problemáticos da vida como os capítulos de um livro (de moral, de preferência), que apenas se avizinham — muito superficialmente e sem interferir — no índice do volume. Pobre leitor que este agente moral incapaz de fazer uma síntese, por miopia. Para alguns, parece dum pragmatismo hedonístico, vil, mercantil, horrendo, calcular os prós e os contras de cada possibilidade que se oferece em determinada situação: mas como escolher certo, se não optarmos pelo mal menor, outro nome da maximização do bem que, apesar de nossas virtuosas denegações, movimenta a economia política. Discernimos aqui substancial resquício de maniqueísmo em nosso discurso moral: vela-se os olhos sobre as conseqüências previsíveis de escolhas piedosas e desastradas. Hoje em bioética alguns moralistas chegaram a sugerir que se compare os benefícios e os malefícios relativos ou as deficiências das diversas opções alternativas ao nosso alcance: quantos séculos de alta especulação para se chegar a tamanha banalidade, a tamanho truísmo, diariamente posto em prática pela dona de casa, ou sua doméstica, que vai comprar legumes e/ou frutas na feira?

### III — CONTRABALANÇAR CONCEITOS E VALORES

Se, como acreditamos, a moral exercita-se na constante hierarquização de valores concretos, que não exclui mas implica alguma opção para um bem supremo ou pelo menos superior, acessível ou não (isto é, tópico ou utópico) —, maior lugar deveria ser concedido à dialética das alternativas, sem esquecermos que, sob a luz da lua, o mundo pertence ao claro-escuro.

**A. PRINCÍPIOS V. CONSEQUÊNCIAS.** As deontologias expõem didaticamente o quadro edificante dos princípios seguros da ação moral. O ponto fraco das deontologias é que costumam embasar normas sobre afirmações não comprovadas de valores reais ou supostas. Este círculo vicioso já foi denunciado. Postula-se uma evidência que desertou a cidade secular. A tão comentada e sobretudo utilizada passagem da observação do fato, da lei biológica, digamos, à norma imperativa, ainda não convenceu todo mundo. De qualquer maneira, se se quer menos cultuar princípios elevados que servir seres humanos um pouco mais em baixo, isto é, "humanizar a moral", maior atenção deve ser gasta na previsão e avaliação das consequências das opções ou omissões.

**B. PRAZER V. DISCIPLINA.** Neste tipo de dialética, não é intenção nossa escolher um termo para eliminar o outro; pretendemos pelo contrário que a humanização da moral abrange o respeito por ambos os pólos, a questão prática sendo de hierarquizá-los, não uma vez por todas, mas ao sabor da circunstância e não sem cuidadosa e responsável avaliação de seus dados concretos. A crítica da "tradicional" recusa do prazer já foi realizada, ainda que um pouco tarde, nem assimilada por todos, e não sem os costumeiros excessos que acompanham as recuperações históricas de valores esquecidos ou equivocadamente julgados. Humanizar a moral não é eliminar o prazer, é discipliná-lo. Interpretamos a ocultação do prazer, de sua função, de seu lugar numa vida humana normal, como o recalque provocado pela nossa incapacidade de nos explicar a nós mesmos o mistério do mal. Os cristãos têm que aceitar na fé o mistério da cruz salvadora e, contrariamente a tantos sábios iluminados que pretendem nos explicar os desígnios de Deus, pensamos que haja aqui mais para se aceitar nas trevas do que para entender ou explicar. A humanização da moral opõe-se à injeção de hormônios duvidosos nas veias de nossa ideologia, na ilusão de engordar nossa virtude.

Cabe o mesmo tipo de reflexão para a dupla "egoísmo verso altruísmo", particularmente relevante em ética sócio-econômica. Tentar construir uma sociedade civil apenas sobre o sacrifício altruísta leva a fracassos cujos exemplos não faltam na história, mas a manipulação edificante da mesma oculta o comportamento mais comum para destacar o excepcional. Quando todos os cidadãos serão heróis e que os heróis agirão heroicamente da alvorada até a alvorada seguinte, poderemos promover uma economia baseada sobre o alegre auto-sacrifício, jogar fora a procura do lucro como vício imundo, e abolir as leis penais que culpabilizam (apenas) os mais honestos cidadãos. Humanizar a moral social é menos exigir o heroísmo de alguns que facilitar a prática da justiça por parte de todos. É perceber antes do mais que a moral não é apenas lei, mas pedagogia. "Eu sou o Caminho."

**C. AUTORIDADE V. CARISMA.** Durante séculos, comportar-se eticamente era simplesmente obedecer e nunca faltou quem se apresentasse como a própria voz de Deus. Os grandes, que mandam, não recusam facilmente este conceito; eles também são humanos. Em outros contextos, ética é a subversão: ética de maio de 1968 e de todas as revoluções. Se humanizar significa personalizar, a cada um pertence dosar sua submissão segundo o carisma ou o chamado interior.

**D. RAZÃO V. INTUIÇÃO.** Num sentido, ética é o que se justifica diante do tribunal da razão. Mas o razoável vai muito além da estrita racionalidade lógica, para abraçar uma porção do lúdico e intuições de valores ainda mal asseguradas, fervores proféticos. Humanizar a moral é não fechar o espírito e o coração naquilo que dominam facilmente, mas mesmo nisto permanece a função vigilante da inteligência do real.

\*

Sem reais opções não haveria ética humana, mas apenas um langor ou um ardor mais ou menos pronunciado para seguir o caminho necessitante. Contudo, humanizar a moral é desobstruí-la das pseudo-alternativas que nosso maniqueísmo simplificador, preguiçoso, intolerante, alimenta com zelo excessivo e suspeito. É facilitar as vias da comunhão. Isto não será libertar? Qual é o tipo de aliança entre moral e poder que possa humanizar, isto é, esclarecer e ajudar, a prática ética? Toda moral começa como mística e termina nos artigos dum código: nesta caminhada, humanizar é tarefa em cada etapa.